

Segunda-Feira, 26 de Outubro de 2026

Alguma coisa mudou

O fluazuron se consolidou como um insumo veterinário amplamente utilizado pela pecuária brasileira, reconhecido por sua eficácia no controle de parasitas e por atender aos rigorosos requisitos de segurança, sanidade e eficiência exigidos em escala global. Sua aplicação prática e os resultados consistentes conquistaram a confiança do produtor rural, que, além de mitigar as mazelas do rebanho, obtém ganhos diretos em produtividade e bem-estar animal.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta legítima e regulamentada, cujo uso correto é parte integrante de uma cadeia produtiva moderna. No entanto, algo mudou nesse cenário. Relatos recorrentes vindos da China sobre a presença de

resíduos de fluazuron na carne bovina exportada pelo Brasil têm acendido um alerta vermelho no setor. A situação é inaceitável sob qualquer perspectiva e exige análise cuidadosa de suas causas e consequências.

O primeiro ponto a ser considerado é a responsabilidade do usuário final. Ao fazendeiro cabe a obrigação elementar de respeitar o prazo de carência indicado na bula do produto. Esse é o mínimo que uma produção consciente preconiza e um requisito básico para garantir a inocuidade do alimento, uma vez que o descumprimento desse intervalo configura falha grave, com potencial de contaminar lotes inteiros e comprometer a reputação de toda a cadeia.

O problema, contudo, é que o Brasil carece de um modelo de rastreabilidade individual implantado de forma efetiva. Sem esse instrumento, torna-se impossível identificar com precisão o animal que deu origem ao resíduo e, por consequência, chegar ao sujeito que está prejudicando a imagem da carne bovina nacional.

A ausência de rastreabilidade transforma uma falha pontual em um problema sistêmico, pois impede a punição efetiva do culpado e perpetua a impunidade. Para piorar o quadro, a indústria frigorífica, que não compra o fluazuron e não o utiliza em seus processos, é a grande penalizada.

Suspensões de exportação que podem se arrastar por meses atingem em cheio as empresas de abate, que nada têm a ver com a aplicação irregular do produto. Ou seja, a falta de transparência e de controle na pecuária brasileira tem gerado prejuízos de imagem, reputação e financeiros para um universo amplo de agentes: desde a grande maioria dos pecuaristas, que age corretamente, até as indústrias que se veem injustamente responsabilizadas.

Diante desse cenário, é preciso investigar o que mudou, e temos aqui 03 hipóteses: uma alteração no processo de produção e uso desses insumos veterinários, uma mudança na ordem de compra chinesa ou falhas das pessoas envolvidas no processo.

O fato é que o Brasil precisa decidir se continuará brincando com a China ou se entregará o que está prometido no acordo sanitário internacional de 2015, afinal a relação comercial com o principal parceiro exige seriedade e cumprimento de compromissos, caso contrário, qualquer dia desses poderemos ser novamente surpreendidos com um banimento, assim como aconteceu com a União Europeia, episódio que deixou marcas profundas e lições que parecem não ter sido aprendidas.

A solução passa, necessariamente, por três frentes. A primeira é a implantação de um sistema de rastreabilidade individual que permita identificar a origem de cada animal. A segunda é a punição, pedagógica, do produtor que descumpriu a regra de uso. E a terceira é a transparência nas relações comerciais, com informação acessível e verificável em cada etapa da cadeia.

O Brasil tem condições de resolver isso e preservar seu espaço no mercado internacional, mas precisa agir com a urgência que o momento exige. A conta da inércia já está sendo paga por quem não errou.

É hora de mudar esse quadro.

Luciano Vacari é gestor de agronegócios e CEO da NeoAgro Consultoria